

O DESENVOLVIMENTO DAS LICENCIATURAS NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

Salmen Chaquip Bukzem¹
Selêucia Garcia Rosa²

Resumo: Este ensaio tem como objetivo discutir o processo de criação e desenvolvimento das licenciaturas no Brasil apresentando os diferentes momentos desta trajetória e sua interação nos contextos socioeconômicos e político brasileiro a partir do trabalho de SANTOS, Cláudio Wilson dos; MORORÓ, Leila Pio, GATTI, B. e MANDELI, Aline de Souza. Apresenta as origens e o desenvolvimento da educação, passando pelos jesuítas, o surgimento das primeiras escolas públicas, sua evolução, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Apresenta questões políticas e econômicas neste processo como o período de governo militar e os baixos salários pagos aos profissionais do magistério. Discorre sobre a reforma universitária apresentando as frustrações inicialmente advindas com este processo. O trabalho apresenta ainda o contexto e os desafios atuais para as licenciaturas bem como a trajetória de luta para a construção da Lei nº 9.394 -LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O trabalho discorre também sobre a escola, a formação do docente e o seu papel na sociedade.

Palavras-chave: História da Educação, Licenciaturas, Escola, Professores.

Abstract: This essay aims to discuss the creation and development process of undergraduate degrees in Brazil, presenting the different moments of this trajectory and their interaction in the Brazilian socioeconomic and political contexts based on the work of SANTOS, Cláudio Wilson dos; MORORÓ, Leila Pio, GATTI, B. and MANDELI, Aline de Souza. It presents the origins and development of education, passing through the Jesuits, the emergence of the first public schools, their evolution, the Manifesto of the Pioneers of New Education. It presents political and economic issues in this process, such as the period of military government and the low wages paid to teaching professionals. Discusses the university reform, presenting the frustrations initially arising from this

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Graduado em Desenvolvimento de Sistemas de Informação, Especialista em Gestão de Segurança da Informação e Comunicações e em Docência do Ensino Superior. Militar da Força Aérea com atuação na Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos. Coordenador do Curso de Ciências Aeronáuticas da PUC Goiás.

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Pós-graduada em Gestão Escolar pela Universidade Castelo Branco. Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e em Letras pela Universidade Luterana do Brasil. Professora efetiva da Rede Pública de Estadual desde 2006 e Municipal desde 2021.



O DESENVOLVIMENTO DAS LICENCIATURAS NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

process. The work also presents the current context and challenges for teaching degrees, as well as the trajectory of the struggle for the construction of Law nº 9.394 -LDB: Law of Guidelines and Bases of National Education. The work also discusses the school, teacher training and its role in society.

Keywords: History of Education, Degrees, School, Teachers.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por propósito apresentar a história das licenciaturas no Brasil, sua relação com a realidade socioeconômica e política brasileira, tendo como pressupostos três marcos referenciais: a política de formação de professores, a origem e as reformas das licenciaturas e o contexto atual.

A origem das licenciaturas está relacionada à política de organização das Universidades e a ideia de formar professores na Educação Superior fazia parte dos ideais republicanos desde a Proclamação da República em 1889, porém, só a partir do contexto político e econômico dos anos 1930, com a Reforma Francisco Campos, ao estabelecer a organização das universidades, surgiram, do ponto de vista legal, as primeiras medidas legalísticas que alteram as condições de formação de professores.

Esta foi a primeira reforma educacional de caráter nacional. Foi realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Essa reforma, de 1931, foi marcada pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo” (MENEZES, 2001).

O texto apresenta ainda está institucionalização das licenciaturas no Brasil deliberadamente mediada pelos aspectos políticos, econômicos e sociais e a origem das licenciaturas associada à regulação da atividade docente, à exigência da licença para exercer a docência e ao registro de professores, os quais constituem um marco na política de formação de professor.

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Os jesuítas criaram as primeiras escolas do Brasil quando aqui chegaram em 1549. A educação pensada pela Igreja Católica, mantinha uma relação estreita com o governo



O DESENVOLVIMENTO DAS LICENCIATURAS NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

português e tinha como objetivo converter a alma do índio brasileiro à fé cristã, dedicando-se também à educação da elite nacional. Havia uma divisão clara de ensino: as aulas lecionadas para os índios ocorriam em escolas improvisadas, construídas pelos próprios indígenas, nas chamadas missões; já os filhos dos colonos recebiam o conhecimento nos colégios, locais mais estruturados por conta do investimento mais pesado.

Em 1750, ano da assinatura do Tratado de Madrid entre Portugal e Espanha, a até então confortável situação da Companhia de Jesus no Brasil começou a se deteriorar. Nove anos depois, ocorreu a expulsão desta ordem religiosa das terras brasileiras (AZEVEDO, 2018).

Só em 1774 é que surgiram as primeiras escolas públicas do país. A vinda da família real para o Brasil ajudou a impulsionar o ensino. Com a Proclamação da República, o governo federal ficou responsável apenas pelo ensino na então capital Rio de Janeiro. Cada estado desenvolvia seu projeto educacional de forma autônoma, mas o acesso à escola continuava um privilégio restrito aos mais ricos.

Durante o período imperial (1822-1889) a cultura escolar do ensino secundário foi marcada pelo regime de cursos preparatórios e de exames parcelados. Ou seja, durante esta época, os estudantes dos liceus brasileiros realizavam somente um único exame em cada uma das matérias exigidas para o ingresso nos cursos superiores (os exames parcelados), não necessariamente precedidos por cursos preparatórios. Deve-se considerar que a frequência às aulas não era obrigatória, os alunos geralmente escolhiam o liceu onde realizavam os exames parcelados e as famílias abastadas contratavam preceptores para ensinar os seus filhos (HAIDAR, 1972).

Com a chegada de Getúlio Vargas a bandeira da escola pública, gratuita e para todos ganhou força. O Ministério da Educação foi criado em 1930 e em 1932 foi lançado o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", que combatia o modelo de escola voltado apenas aos ricos. Ao todo, 26 educadores assinaram o documento, entre eles Anísio Teixeira, responsável pela criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)

Entre suas principais reivindicações, este movimento propunha uma nova função social para a educação como motor para redução de desigualdades. "Pretendia-se uma ação mais concreta e firme do Estado, e por isso mesmo requeria-se maior força para a



O DESENVOLVIMENTO DAS LICENCIATURAS NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

escola pública. Reivindicavam-se ensino público laico (desvinculado da educação religiosa) a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação meninos e meninas estudando no mesmo ambiente escolar” (MARCÍLIO, 2014).

Segundo Fávero (2006), o governo buscou elaborar o seu projeto universitário articulando medidas que se estenderam desde a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-Lei nº 19.850/31), a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851/31) e à organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 19.852/31). Diante das medidas adotadas, a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras iria imprimir às universidades outra configuração de instituição universitária, pois, do ponto de vista discursivo, a faculdade assumiria um caráter de unidade integradora dos diferentes institutos, um espaço que viria a se afirmar como um centro de criação do saber e de produção do conhecimento.

No entanto, a contradição da realidade da universidade brasileira se estabelece quando se observa o próprio Decreto 19.851/31, que cria o seu estatuto. Este, em seu artigo 5º, inciso I, facultou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nas universidades, já que, ao estabelecer a constituição de uma universidade associada à exigência mínima de três institutos do ensino superior, entre as quatro possibilidades existentes Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras, permitiu que, em virtude da tradição elitista das universidades brasileiras na qual o ensino superior esteve sempre a serviço, as áreas determinantes para a instituição de uma universidade atendessem prioritariamente as profissões liberais medicina, direito e engenharia. (BRASIL, 1931).

Por ter o controle em mãos, a elite, segundo Azevedo (2010), buscava por todos os meios disponíveis conter os anseios da população por mais horizontes científicos e culturais em todas as profissões do campo do conhecimento e da pesquisa.

A organização das universidades para o atendimento ao Ensino Superior, conforme previsto na Reforma Francisco Campos, só se iniciou com a criação da primeira Faculdade de Ciências e Letras, vinculada ao Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, em 1934.

A formação de professores em nível superior estava, portanto, diretamente vinculada aos cursos de bacharelado das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Isto é, o aluno não ingressava em um curso para fazer licenciatura. Sua finalidade era ser um



O DESENVOLVIMENTO DAS LICENCIATURAS NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

bacharel, uma vez que ao final dos três anos de curso esse aluno obtinha o diploma de bacharelado. Aqueles que pretendiam postergar os estudos ou tinham vocação para o magistério, viam a possibilidade de licenciar-se, mediante as disciplinas da área pedagógica, por um período de um ano.

Somando-se a isso, havia as distorções relativas ao próprio desenvolvimento da profissão do magistério: baixos salários pagos aos profissionais da área, o perfil dos ingressantes nos cursos, dentre os quais, os melhores alunos optavam por carreiras de maior status, além das limitações pessoais e sociais para ingressar em uma carreira técnica e científica.

Com a ditadura militar a partir de 1964, a educação assumiu, no discurso do governo, posição central como fator de desenvolvimento econômico do país. De acordo com Romanelli (2007), esse processo foi definido por dois momentos: o primeiro foi de implantação do regime, e recuperação da economia. O segundo momento caracterizou-se pelas medidas práticas do governo para enfrentar a crise que se instalou no sistema educacional e adequá-lo ao modelo de desenvolvimento econômico do grande capital que, por ora, intensificava-se no país.

Somente com a Reforma Universitária de 1968 foi inaugurado um novo campo de estudos nas faculdades/centros de educação. Nessa conjunção, as licenciaturas, que até então estavam vinculadas à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ganham outra configuração: departamentos específicos de cada área o conhecimento; um espaço de formação pedagógica; instituiu a licenciatura curta e a licenciatura plena, destinadas a formar os professores para atuar nas séries finais do então denominado 1º grau e no 2º grau, respectivamente. Esta criação dos institutos centrais ou departamentos foi importante para a consolidação da prática de pesquisa nas Instituições de Ensino Superior, uma vez que a reforma da estrutura da universidade possibilitou a indissociabilidade entre ensino e pesquisa.

Infelizmente, esta política de reestruturação das universidades não trouxe nada de significativo para as licenciaturas. O que houve foi um deslocamento de privilégios. O poder que ora se centrava nas cátedras, passa ao domínio da pesquisa, da pós-graduação e do bacharelado. O ensino, a graduação e as licenciaturas ficam na condição de dominadas (MINTO, 2014).



O DESENVOLVIMENTO DAS LICENCIATURAS NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

Conforme Vicentini e Lugli (2009), com a obrigatoriedade estabelecida pelos atos legais pertinentes, as universidades assumem a responsabilidade de criar as Faculdades de Educação como centro de pesquisa educacional, ao mesmo tempo em que se tornam encarregadas de oferecer a formação pedagógica nos cursos de licenciatura e de Pedagogia, além da atualização profissional para administradores, inspetores, orientadores e professores.

Nesse contexto, as licenciaturas curtas foram uma das medidas propostas pelo Relatório Meira Matos (BRASIL, 1968), o qual propunha o estreitamento curricular e a diminuição da duração dos cursos de formação profissional e a criação de carreiras de curta duração.

Diante do quadro de falta de professores habilitados para atuar no ensino público, e das exigências da Lei 5.692/71, quem se beneficiou da situação foi a rede particular de ensino, uma vez que a reforma universitária abriu espaço para que essas instituições criassem cursos superiores nas áreas de formação de professores. Isto porque crescia cada vez mais a demanda por parte de professores desejosos em obter, de forma mais rápida, a titulação de nível superior para assumir a função docente com a possibilidade de melhores remunerações.

O CONTEXTO E OS DESAFIOS ATUAIS PARA AS LICENCIATURAS

O processo de reestruturação do trabalho, da economia e dos Estados nacionais na década de 1990 trouxe sérias implicações para a educação. A trajetória de construção da atual LDB 9.394/96 se insere em um contexto de luta e de embate ideológico entre as concepções alternativas dos movimentos organizados da sociedade e a concepção neoliberal representada pelo capital.

O projeto da LDB vencedor em 1996 revelou-se como um duro golpe para a sociedade brasileira, uma vez que sua aprovação se deu em um contexto de real interferência no processo democrático restabelecido no país desde a aprovação da Constituição Federal de 1988, o qual havia permitido à comunidade acadêmica e científica e aos movimentos sociais uma mobilização em torno da construção de um projeto de lei para a educação nacional de iniciativa popular.



O DESENVOLVIMENTO DAS LICENCIATURAS NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

Constituiu-se assim o que poderia ser denominado como o terceiro marco referencial das licenciaturas, o qual, diferentemente dos outros dois momentos anteriores, tem a sua regulamentação associada a uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

As mudanças na política de formação de professores, preconizadas pela LDB, foram orientadas pela Resolução CNE/CP 01/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, de graduação licenciatura plena.

O Plano Nacional de Educação de 2014 traz três estratégias que podem definir a política nacional de formação de professores e dar outros rumos às licenciaturas: primeira, estratégia 12.4 estabelece prioridades para a formação de professores da Educação Básica, sobretudo das áreas de matemática e ciências; a segunda, estratégia 13.4 diz respeito à melhoria da qualidade dos cursos de Pedagogia e das licenciaturas, embora traga a avaliação como parâmetro de medida de qualidade e relevâncias desses cursos para além da diversidade; e a terceira, estratégia 16.2 propõe a consolidação de uma política nacional de formação de professores da educação básica e definição de diretrizes.

A disputa entre licenciatura e bacharelado constituiu-se ainda um campo conceitual concorrencial no Ensino Superior brasileiro. A presença dessas duas modalidades de curso nas instituições responsáveis pela formação inicial de professores, de certo modo, impregnou-se pela cultura do mérito acadêmico, da distinção, do prestígio e da representatividade. A legitimação dessa divisão que se estabeleceu no interior das IES é mediada pelas relações de dominação e de poder que impõem maior dificuldade para o reconhecimento social dos cursos de licenciatura.

A FORMAÇÃO DO DOCENTE PERANTE O PAPEL DA EDUCAÇÃO

De acordo com Gatti (2013), a sociedade atual exige um novo modelo para a educação, necessitando da instauração de uma “escola justa”, capaz de “fazer justiça social”, que seja adequada para a promoção de uma educação significativa para a vida de cada aluno, preparando-o para o exercício de sua cidadania. Para tanto, a educação deve propor caminhos para que cada um seja capaz de lidar, de interpretar e de inferir conceitos e opiniões sobre determinadas situações.



O DESENVOLVIMENTO DAS LICENCIATURAS NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

Segundo a autora, “o papel fundamental da escola é, pois, levar os estudantes a aprender/compreender conhecimentos já produzidos, ao mesmo tempo formando-os em valores para a vida humana” (GATTI, 2013, p. 54). Assim, o conteúdo trabalhado deve ser contextualizado e significativo para cada estudante e, para que isso aconteça, o professor precisa estar preparado para uma metodologia que corresponda a essa necessidade. Para esse intuito, o educador conta com sua prática docente e com formações que possam, de acordo com Gatti, enriquecer seus conhecimentos, ampliar sua sensibilidade cognitiva e sua “capacidade de criar relacionamentos frutíferos”, sempre mantendo postura ética e justa.

Em síntese, para que os objetivos reais da educação possam ser alcançados, deve-se, primeiramente, focar na formação dos professores da Educação Básica, como era proposto no Manifesto de 1932 e foi, depois, retomada na LDB de 1996. Essa formação do educador é fundamental para que a escola possa assumir sua função desde o início do processo ensino e aprendizagem significativa na vida de cada aluno.

O cenário atual da formação de professores no Brasil apresenta, ainda de acordo com Gatti, currículos fragmentados, sem relação entre teoria e prática, com estágios precários e até fictícios, além de avaliações insatisfatórias. A maioria dos cursos de licenciatura pouco aborda sobre disciplinas voltadas para a formação profissional docente, sendo que as questões relacionadas à educação básica pouco aparece. Ainda existem aqueles que participam de uma formação para que possa conseguir um certificado que comprove sua participação e possa, de alguma forma, ser inserido em sua carreira profissional.

A formação profissional do educador precisa “ser pensada e realizada a partir da função social própria à educação básica, à escola e aos processos de escolarização” (GATTI, 2013). Assim, o professor estará capacitado a realizar prática pedagógica que favoreça a formação do sujeito em desenvolvimento, exercendo seu trabalho com a relevância com a qual é preciso.

Vale ressaltar que a formação inicial do professor é imprescindível nesse processo, assim como a continuada. No entanto, é pela formação inicial que o educador poderá estar em contato com as especificidades de uma vivência crítica, reflexiva, com bases nos saberes didáticos, campos investigativos e, principalmente, pelas relações entre eles,



O DESENVOLVIMENTO DAS LICENCIATURAS NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

propiciando construções e reconstruções necessárias para as práticas pedagógicas que alcancem os objetivos determinados.

Estudos apontam o ensino à distância como sendo a maior procura por parte dos professores, principalmente no campo da Pedagogia. Muitos questionamentos são levantados diante de tal ensino profissional, que são considerados, em sua maioria, de acordo com o texto estudado, como sendo frágeis, mantendo pouca relação entre teoria e prática, tendo, inclusive, estágios forjados ou não orientados com a devida clareza que possa promover o objetivo do aprendizado esperado.

Na verdade, segundo Mandeli, a Educação à Distância e a Universidade Aberta do Brasil - projeto criado em 2006 – desempenham “um papel significativo no processo educacional de uma sociedade em que imperam as necessidades do capital” (MANDELI, 2017, p.227). Ou seja, o professor recebia uma formação rápida e básica para exercer sua profissão. Esse processo foi chamado de “fábrica”, pois aos professores era repassada uma formação mecânica, que não priorizava disciplinas que favoreciam o “pensar a educação”, que mostrariam ao professor o seu real papel na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o desenvolvimento das políticas de formação de professores no Brasil, percebe-se que as licenciaturas não sofreram alterações significativas na sua estrutura e no prestígio político social desde sua origem nos anos de 1930.

A origem das licenciaturas está associada muito mais às exigências da regulação da atividade docente que propriamente à criação de um curso para formar professores, uma vez que, para adquirir a licença, exigia-se como pré-requisito o bacharelado.

As licenciaturas só vão ganhar identidade própria a partir dos anos de 1960 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 4024/61) a partir da qual, as resoluções do Conselho Federal de Educação vêm determinar a extinção do modelo de licenciatura baseada no formato 3+1, então vinculada ao bacharelado nos cursos superiores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A reforma das universidades proporcionou a criação das faculdades/departamentos nas respectivas áreas e desvinculou nos aspectos formais, as licenciaturas dos bacharelados.



O DESENVOLVIMENTO DAS LICENCIATURAS NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

No contexto atual tem se visto as mudanças de direção da política educacional provocada pela crise política e institucional instalada nos últimos anos. Conseqüentemente, os ataques às instituições públicas de educação têm intensificado a depreciação e o estigma social da área de formação de professores.

Assim, os dilemas nas licenciaturas têm uma materialidade histórica, contraditória e valorativa que implica à profissão docente o desprestígio social, as distorções da atividade do magistério, a baixa atratividade da carreira, o desconhecimento das discussões epistemológicas das ciências da educação e das principais teorias contemporâneas que fundamentam o conhecimento educacional. Entretanto, contraditoriamente, as licenciaturas também se constituíram em um espaço de luta que abre caminho para o magistério ser reconhecido como profissão e, na qual, o professor possa se capacitar para ser melhor, refletir sobre o ato educativo, preparar-se profissionalmente para romper com os mecanismos do capital que desfiguram a profissão, tais como o aviltamento salarial, o desprestígio social, a precarização e intensificação do trabalho. E talvez seja esse o maior desafio da história recente das licenciaturas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. et al. *Manifesto dos pioneiros da educação nova 1932 e dos educadores 1959*. Recife: Massangana, 2010.

AZEVEDO, Rodrigo. **História da Educação no Brasil**. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/>> Acesso em 21/04/2022.

FÁVERO, M. de L. A. **Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.

Haidar, Maria de Lurdes Mariotto. **O ensino secundário no Império Brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

GATTI, B. **Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses**. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013. Editora UFPR. <https://www.scielo.br/j/er/a/MXXDfbw5fnMPBQFR6v8CD5x/?format=pdf&lang=pt>



O DESENVOLVIMENTO DAS LICENCIATURAS NO BRASIL: DILEMAS, PERSPECTIVAS E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

MANDELI, A. de S. EaD e UAB: a consolidação da Fábrica de professores em Nível Superior. In: EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji (orgs.) et al. **Formação de professores no Brasil: leituras e contrapelo**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2017. Cap. 7.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Instituto Fernand Braudel, 2005.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Reforma Francisco Campos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/reforma-francisco-campos/>>. Acesso em 21/04/2022.

MINTO, L.W. **A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PINHO, M. J. de. **Política de formação de professores: intenção e realidade**. Goiânia: Cãnone, 2007.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil: (1930/1973)**. 31. ed. [s. l.]: Vozes, 2007.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. Como se preparavam os professores para o ensino? In: VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. As instituições em formação. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 27-66.